

Acordo da dívida

O GLOBO

ECONOMIA • 21

encerrará moratória

JOSÉ NEGREIROS

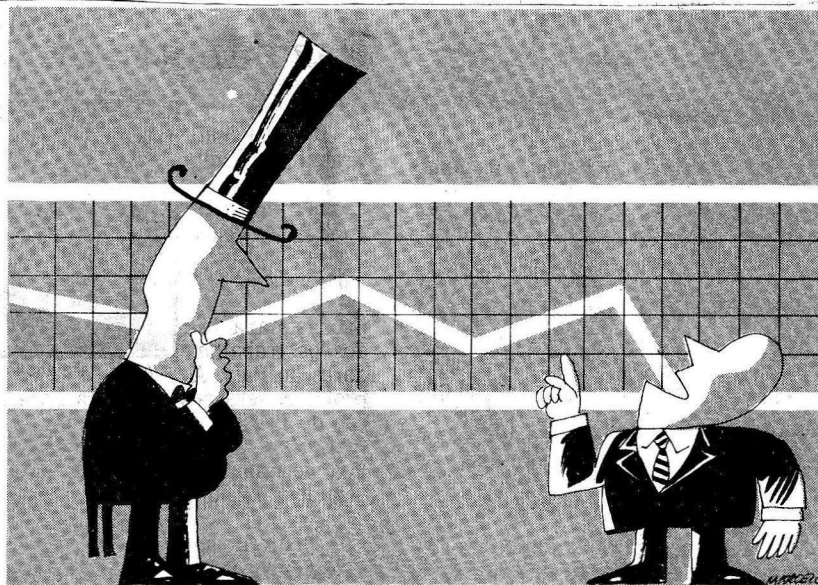
BRASÍLIA — O Governo trabalha, basicamente, com duas hipóteses na negociação com os bancos credores: o pagamento simbólico de uma parcela dos juros a partir de janeiro, valendo-se de suas próprias reservas, e a obtenção de um empréstimo-ponte para cobrir dois terços dos seus compromissos nessa conta, enquanto não conclui um acordo de médio prazo.

Um dos principais formuladores dessa estratégia revelou que é do maior interesse do País assinar um acordo com os credores no menor prazo possível. E, dessa forma, sair imediatamente da moratória, pois as autoridades chegaram à conclusão que, no momento, ela é o fator mais prejudicial à política econômica.

— A fórmula básica é essa, sendo que podem haver desdobramentos naturais num processo de negociação. Nosso objetivo é fazer rápido um acordo que leve em conta os interesses do País. E nosso maior interesse é crescer — disse a fonte.

De acordo com recentes avaliações do Palácio do Planalto e do Ministério da Fazenda, somente como consequência do pagamento de um **spread** de 2% ao longo de 1987, o Brasil teve um prejuízo de US\$ 1 bilhão.

— Logo, não podemos mais prolongar uma situação na qual se paga 2% sobre a margem média bruta do estoque da dívida privada de US\$ 68 bilhões de dólares — comentou o informante.



No mesmo período, Argentina e México, que optaram pelo MYRA — Multi-Year Rescheduling Agreement (acordo de reescalonamento multianual), tiveram um custo de apenas 0,81%.

— Ou seja, optamos pelo confronto para mudar o modelo de negociação com os bancos, e o que se revelou foi um custo enorme.

A essa conta, os cálculos do Planalto e da Fazenda acrescentam outros dados, ainda não dimensionados: como o Banco Central teve que transferir reservas dos bancos privados, dos quais temia represálias, pa-

ra o Banco Internacional de Compensações (BIS), também obteve uma remuneração média bem menor para seus ativos. Outra coisa: em virtude do relacionamento tenso com os bancos, foram desperdiçados negócios com empresas multinacionais, em prejuízo da atividade interna.

Essa é a nova retórica do Governo, hoje convencido de que a moratória foi um erro responsável por graves consequências para o desenvolvimento, que o Presidente e o novo Ministro da Fazenda pretendem reparar.